



## A Santa Sé

---

***DISCURSO DO PAPA BENTO XVI  
AOS PARTICIPANTES NO ENCONTRO  
DA COMISSÃO INTERNACIONAL DEMOCRÁTICA  
DE CENTRO E DEMOCRÁTICO-CRISTÃ***

*Sexta-feira, 21 de Setembro de 2007*

*Senhor Presidente*

*Ilustres Parlamentares*

*Distintas Senhoras e Senhores!*

Estou feliz por vos receber durante os trabalhos do Comité Executivo da Internacional Democrática de Centro e Democrático-Cristã e desejo, antes de tudo, dirigir uma cordial saudação às numerosas Delegações presentes, que provêm de tantas nações do mundo. Dirijo uma saudação particular ao Presidente, Deputado Pier Ferdinando Casini, e agradeço-lhe as gentis palavras que me endereçou em nome de todos. A vossa visita dá-me a oportunidade de oferecer à vossa atenção algumas considerações sobre valores e ideais que foram forjados ou aprofundados de maneira decisiva pela tradição cristã na Europa e no mundo inteiro.

Sei que vós, mesmo na variedade das vossas proveniências, partilhais não poucos dos seus princípios, como por exemplo a centralidade da pessoa e o respeito pelos direitos humanos, o empenho pela paz e a promoção da justiça para todos. Portanto, fazeis referência a princípios fundamentais, que estão correlacionados entre si, como demonstra a experiência da história. De facto, quando os direitos humanos são violados, é a própria dignidade da pessoa a ser ferida; se a justiça vacila, a paz está em perigo. Por outro lado, a justiça pode dizer-se verdadeiramente humana só se a visão ética e moral sobre a qual se funda estiver centrada sobre a pessoa e a sua inalienável dignidade.

Ilustres Senhores e Senhoras, a vossa actividade, que se inspira a tais princípios, actualmente tornou-se ainda mais difícil devido ao clima de profundas mudanças no qual vivem as nossas comunidades. Por isso, gostaria de vos encorajar ainda mais a prosseguir o esforço de servir o bem comum, empenhando-vos a fazer com que não se difundam, nem se reforcem ideologias que possam obscurecer ou confundir as consciências e veicular uma ilusória visão da verdade e

do bem. Existe, por exemplo, no campo económico uma tendência que identifica o bem com o proveito e desse modo dissolve a força do *ethos* a partir de dentro, acabando por ameaçar o próprio proveito. Muitos acreditam que a razão humana seja capaz de colher a verdade e, por conseguinte, de perseguir o bem correspondente à dignidade da pessoa. Depois há quem julga legítima a eliminação da vida humana na sua fase pré-natal ou na terminal. Também é preocupante a crise na qual vive a família, célula basilar da sociedade fundada sobre o matrimónio indissolúvel de um homem e de uma mulher. A experiência demonstra que quando a verdade do homem é ultrajada, quando a família é minada nos seus fundamentos, a própria paz é ameaçada, o direito corre o risco de se comprometer e, como lógica consequência, vai-se ao encontro de injustiças e violências.

Outro âmbito que vos está muito a peito é o da defesa da liberdade religiosa, direito fundamental insuprimível, inalienável e inviolável, radicado na dignidade de cada ser humano e reconhecido por vários documentos internacionais, entre os quais, antes de tudo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. O exercício dessa liberdade inclui também o direito de mudar de religião, que é garantido não só juridicamente como na prática quotidiana. Com efeito, a liberdade religiosa responde à intrínseca abertura da criatura humana a Deus, Verdade plena e Bem supremo e a sua valorização constitui uma expressão fundamental de respeito pela razão humana e pela sua capacidade de verdade. A abertura para a transcendência constitui uma garantia indispensável para a dignidade humana porque há desejos e exigências do coração de cada pessoa que só em Deus encontram compreensão e resposta. Não se pode então excluir Deus do horizonte do homem e da história! Eis porque deve ser acolhido o desejo comum a todas as tradições autenticamente religiosas de mostrar publicamente a própria identidade, sem ser obrigados a escondê-la ou mimetizá-la.

O respeito pela religião contribui também para desmentir a repetida reprovação de ter esquecido Deus, com a qual algumas redes terroristas procuram pretextualmente justificar as próprias ameaças à segurança das sociedades ocidentais. O terrorismo representa um fenómeno gravíssimo, que com frequência chega a instrumentalizar Deus e despreza de maneira injustificável a vida humana. A sociedade certamente tem o direito de se defender, mas este direito, como todos os demais, deve ser exercido no pleno respeito pelas regras morais e jurídicas, também no que concerne à escolha dos objectivos e dos meios. Nos sistemas democráticos o uso da força nunca justifica a renúncia aos princípios do estado de direito. De facto, pode-se proteger a democracia ameaçando os seus fundamentos? Portanto, é necessário tutelar corajosamente a segurança da sociedade e dos seus membros, salvaguardando contudo os direitos inalienáveis de cada pessoa. O terrorismo deve ser combatido com determinação e eficácia, na consciência de que, se o mal é um mistério alastrador, a solidariedade dos homens no bem é um mistério que se propaga ainda mais.

A este propósito, a Doutrina Social da Igreja Católica oferece elementos de reflexão úteis para promover a segurança e a justiça, quer a nível nacional quer internacional, a partir da razão, do

direito natural e também do Evangelho, isto é, a partir do que está em conformidade com a natureza de cada ser humano e também a transcende. A Igreja sabe que não é sua tarefa fazer valer esta doutrina politicamente: o seu objectivo é servir a formação da consciência na política e contribuir a fim de que cresça a percepção das verdadeiras exigências da justiça e, ao mesmo tempo, a disponibilidade para agir com base nelas, mesmo se isto contrastasse com situações de interesse pessoal (cf. *Deus caritas est*, 28). Nesta sua missão, a Igreja é movida pelo amor por Deus e pelo homem e pelo desejo de colaborar com todas as pessoas de boa vontade para construir um mundo onde são salvaguardados a dignidade e os direitos inalienáveis de todas as pessoas. A quantos partilham a fé em Cristo, a Igreja exorta a testemunhá-la hoje, com ainda maior coragem e generosidade. De facto, a coerência dos cristãos é indispensável também na vida política, para que o "sal" do empenho apostólico não perca o seu "sabor" e a "luz" dos ideais evangélicos não seja obscurecida na sua acção quotidiana.

Ilustres Senhores e Senhoras, obrigado mais uma vez pela vossa agradável visita. Enquanto formulo fervorosos votos para o vosso trabalho, garanto uma lembrança na oração para que Deus abençoe a vós, as vossas famílias e vos obtenha sabedoria, coerência e vigor moral para servir a grande e nobre causa do homem e do bem comum.

© Copyright 2007 - Libreria Editrice Vaticana

---

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana